TRIBUNA PARLAMENTAR

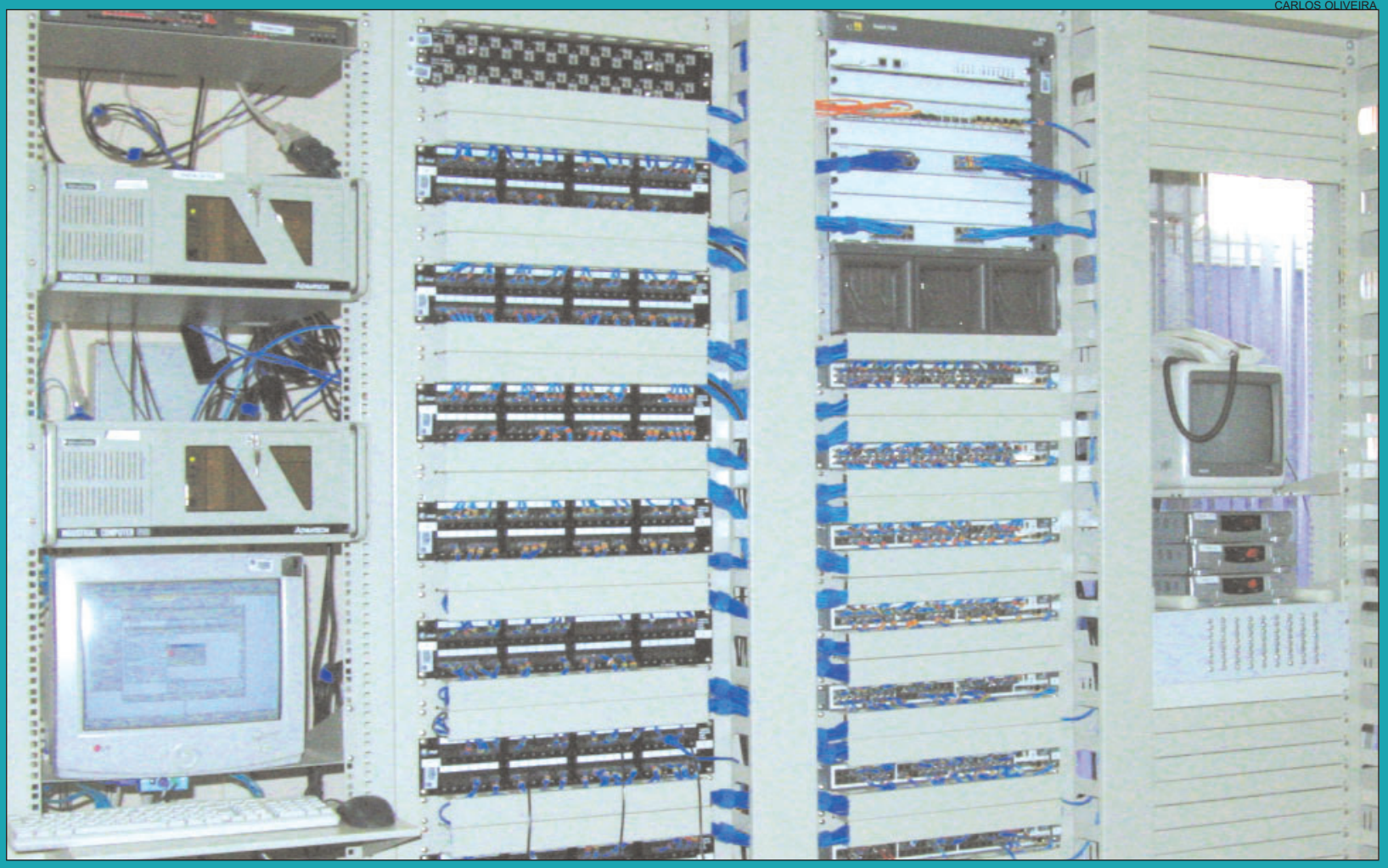
Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano VI – nº 55 – Agosto/Setembro de 2006

# REDE DE INFORMÁTICA RECEBE INVESTIMENTOS

*Para melhorar o desempenho e a segurança do sistema de informática da Assembléia Legislativa de Pernambuco, novos equipamentos foram adquiridos, como switches que permitiram o aumento da capacidade e da velocidade da rede. Um sistema anti-spam também foi instalado para bloquear mensagens indesejadas.*

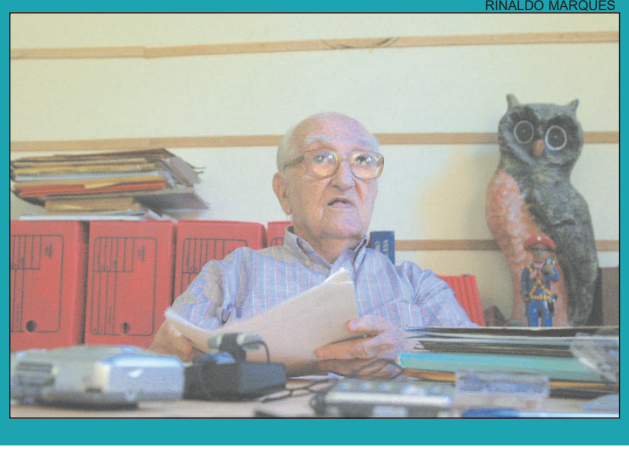
**Página 5**

CARLOS OLIVEIRA



## Projeto Memória Viva

RINALDO MARQUES



*O vereador Liberato Costa Júnior (foto) e o ex-governador de Pernambuco José Ramos foram os mais recentes entrevistados do Memória Viva.*

**Página 3**

## *Blues* no Segunda Cultural

FERNANDO SILVA



*Lady Sings The Blues foi a atração de agosto do Projeto Segunda Cultural da Alepe. A banda também tocou clássicos do jazz e da bossa nova.*

**Página 8**

## EDITORIAL

Seis em cada dez eleitores não votariam se a lei permitisse. De um total de duas mil pessoas, 68% delas afirmaram estar "mais ou menos", "pouco", ou "nada" interessadas no processo eleitoral de 2006. Esses foram alguns números de uma pesquisa recentemente publicada em revista de circulação nacional.

A "apatia" da população quanto às eleições deste ano teria como um dos motivos denúncias de corrupção, a exemplo dos escândalos do mensalão e das sanguessugas.

A despeito de tais fatos, campanhas promovidas por magistrados, juristas, pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais alertam sobre a importância do voto para a manutenção do regime democrático.

Na Assembléia Legislativa de Pernambuco, a Comissão de Educação e a Escola do Legislativo, apoiadas pela Mesa Diretora da Casa, demonstram preocupação com a importância do debate sobre o tema. Nesse sentido, vêm promovendo o ciclo de palestras denominado *O Direito e as Eleições*, com a presença de advogados, juristas, representantes da Justiça Eleitoral, entre outros.

O seminário, que teve início em agosto e tem as últimas palestras marcadas para o próximo dia 13, representa uma chance de discutir assuntos da pauta nacional, como a Reforma Política.

Para muitos, aprovar essa reforma é fundamental, em defesa de uma política com ética e transparência. A Assembléia, por meio da Comissão de Educação e da Escola do Legislativo, cumpre o papel de esclarecer as pessoas num momento tão oportuno.


## EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

**MESA DIRETORA: Presidente**, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:** Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Bruno Lins, Diego Gouveia e Isabelle Barros. **Revisão:** Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

**Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br***


ARTIGO

# LEITE PASTEURIZADO NA MERENDA ESCOLAR

***Marcantônio Dourado***

A pecuária leiteira do Agreste Seco de Pernambuco é a única atividade que tem capacidade de competir com outras regiões do País. O lugar é celeiro do melhor plantel leiteiro do Nordeste, onde o clima, a estrutura fundiária, as redes viárias e de eletrificação rural contribuem para o sucesso da produção. A vocação dos produtores também pesa. Eles conseguiram fixar uma mão-de-obra dedicada à criação do rebanho leiteiro e com um manejo que se adaptou aos baixos índices pluviométricos, em que o clima e a baixa produtividade das lavouras levam os proprietários a explorar a atividade, a principal do setor primário. Isso, juntamente com os recursos das aposentadorias rurais, são as fontes que mantêm a economia dos pequenos municípios. Assim, cabe todo o empenho do Governo para que os produtores de leite tenham uma remuneração digna e gerem empregos para a população.

Os últimos 13 anos foram atingidos por dois períodos de seca. Nesse espaço de tempo, a bovinocultura sofreu um decréscimo de 18%, apesar do volume de leite/ano produzido por vaca ter aumentado, passando de 766 para 1004 litros. Um detalhe é que o número de vacas ordenhadas caiu em 11%, o que demonstra que o pecuarista fez a sua parte, sem contar com ajuda. Ótima base para se iniciar um trabalho de restauração de nossa atividade. Cabe ao Governo verificar onde estão as deficiências e traçar os rumos de um trabalho de apoio ao produtor de leite.

O Grande Recife possui o menor consumo *per capita*/ano de leite pasteurizado. Isso precisa ser revisto com urgência. Outro número negativo é o de maior consumo de leite em pó. A utilização desse tipo de alimento só deveria ocorrer nas áreas subdesenvolvidas, onde não existisse o leite pasteurizado. Pernambuco só distribui 80 mil litros/dia para os programas sociais e o Fome Zero, praticamente um terço do volume distribuído pelos Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte que, juntos, têm uma população de seis milhões de habitantes. Pernambuco, sozinho, conta oito milhões e 400 mil habitantes. De positivo, só possuímos um grande consumo de queijos, fato que peca pela qualidade e nada é feito para sanar essa anomalia.

FERNANDO SILVA



É com orgulho que ressalto a importância do nosso projeto, em tramitação nesta Casa. A iniciativa obriga a oferta de leite pasteurizado na merenda escolar e em programas sociais, em todos os municípios situados na Bacia Leiteira ou em áreas que por ela possam ser atendidas. Será uma maneira de reprimir o uso de leite em pó, principalmente na forma desnatada, menos nutritiva e de fácil desvio fraudulento.

A medida beneficiará os alunos do Pré-Escolar, Alfabetização e Ensino Fundamental, ou seja, 1 milhão e 647 mil estudantes em todo o Agreste, Zona da Mata e Grande Recife, que, por força de lei, só vão consumir leite pasteurizado.

Além da qualidade do alimento, outras vantagens são evidentes, como preços mais baixos, ausência de estoques vulneráveis a perdas e estragos e, finalmente, maior controle, evitando desvios.

A implantação de novas unidades de pasteurização nos municípios trará grande economia de transporte e vai gerar novas receitas para a população. Pernambuco reduzirá em mais de 330 toneladas a importação de leite em pó por mês.

Com uma entrega diária aproximada de 110 mil litros de leite, estima-se que será necessária a criação de 50 novas micro-usinas de pasteurização.

Que o Governo Estadual e as prefeituras coloquem um fim nas normas nefastas e valorizem os produtos locais, economizando recursos, melhorando a qualidade dos alimentos, criando mercado de trabalho e amparando os produtores de leite. E que sejam desmanchados alguns esquemas que corrompem o serviço público.

Sendo assim, cabe todo o empenho do Estado de Pernambuco para que os produtores de leite tenham uma remuneração digna e gerem empregos para a população.

***Deputado pelo PTB***

*O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.*

## LIVRO SOBRE O PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

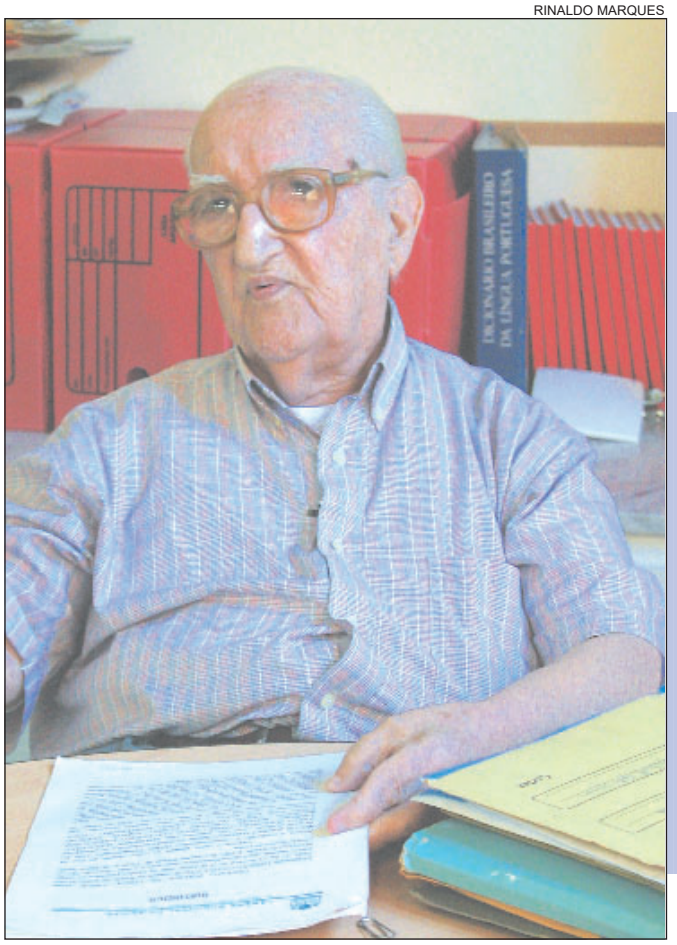
A reedição do livro sobre o Palácio Joaquim Nabuco está em fase final de revisão. A versão preliminar foi recentemente aprovada pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL). "A obra está muito bem organizada, as fotos são bonitas e valorizam a riqueza do Palácio. Trabalhos como esse ajudam a preservar a história do Poder Legislativo", avaliou. A previsão é que o livro seja lançado ainda este semestre. A autoria é dos historiadores Marcílio Lins Reinaux, José Luiz da Mota Menezes e da gerente de Arquivo da Alepe, Cynthia Barreto. Os três também assinaram a primeira edição, lançada em 1999. Os leitores encontrarão nas 165 páginas da nova versão um resumo da história do Estado nas seções O Episódio Holandês e Depois da Restauração Pernambucana, além do surgimento das Câmaras Municipais. Eles ainda poderão conhecer projetos que foram apresentados no século XIX. Entre as fotos, estão as que retratam detalhes do mobiliário, da arquitetura e de documentos raros, como a Ata da 1º Sessão Preparatória da Alepe.

RINALDO MARQUES



PROJETO

RINALDO MARQUES



Vereador mais antigo do Recife, Liberato Costa Júnior declarou sua paixão pela cidade e relembrou, também, fatos da sua trajetória de dez mandatos na Câmara Municipal

FERNANDO SILVA



José Ramos assumiu o Governo de Pernambuco em 1982, passando dez meses. Ele parabenizou a iniciativa da Assembléia de entrevistar personagens da política pernambucana

# MEMÓRIA VIVA RESGATA MAIS DE MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA

Os fatos transcorridos durante os mais de 50 anos de vida pública do vereador mais antigo do Recife, Liberato Costa Júnior (PMDB), 88 anos, compõem mais uma etapa da história política de Pernambuco resgatada pelo Projeto Memória Viva, da Mesa Diretora da Assembléia, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A iniciativa tem o objetivo de formar um banco de dados com episódios que marcaram o Estado, a partir de relatos da trajetória de importantes personagens.

A paixão pelo Recife e o trabalho realizado nos dez mandatos como vereador do município e no período em que assumiu a Prefeitura foram algumas das questões destacadas por Liberato, entrevistado em julho pelas pesquisadoras da FGV Dulce Pandolfi e Célia Costa.

O interesse de Liberato Costa Júnior pela política começou cedo. "Gazeávamos aula no Ginásio Pernambucano para assistir aos debates travados na Assembléia Legislativa. Lembro-me bem dos valores da época, como Andrade Bezerra e Arthur Moura. Faziam discursos fabulosos. Assim, eu fui me impregnando de política", relatou o parlamentar, ao descrever como foi influenciado a entrar na política.

Definindo-se como municipalista, o vereador afirmou que sua vida sempre foi pautada pelos problemas do Recife, cidade por que declara grande paixão. A trajetória na política, com destaque para a primeira disputa eleitoral, em 1951, pela UDN, quando ficou na suplência de vereador do Recife; a época em que foi líder na Câmara Municipal da gestão de Miguel Arraes na Prefeitura, entre os anos de 1959 e 1963; e o período em que comandou o município, em 1963, após a eleição de Arraes para o Governo do Estado e do vice-prefeito, Arthur Lima, para a Câmara Federal, também foram salientados.

O mais velho vereador do Recife também relembrou a amizade com Miguel Arraes, falecido em agosto de 2005, e a convivência com intelectuais, jornalistas e grandes figuras políticas durante as idas ao antigo Café Lafayette, no centro do Recife.

O ex-governador José Muniz Ramos também foi entrevistado em julho. Em seu depoimento, ele falou da origem sertaneja. "Ainda era garoto quando vi Agamenon Magalhães (ex-governador) em minha casa. Meu pai era um líder da região do Sertão do Araripe. Dos dez filhos, somente eu entrei para a política", ressaltou.

José Ramos estudou no Seminário São José, no Colégio Padre Félix, no Recife, e na Faculdade de Direito em Alagoas. A ida para Alagoas foi motivada por uma promessa de emprego. Na ocasião, o governador do Estado era seu primo Muniz Falcão. "Em Alagoas, tive a minha primeira experiência administrativa, como diretor do Departamento de Assistência Social", afirmou. Em 1970, voltou para Pernambuco, quando foi trabalhar com Manoel Ramos de Barros.

A entrada na política por intermédio de Nilo Coelho, no mesmo ano do retorno ao Estado, onde disputou uma vaga na Assembléia Legislativa, e a fundação de uma ala rebelde na Arena, após desentendimento com o então governador Eraldo Gueiros, também foram salientadas. Em 1981, tornou-se presidente da Casa Joaquim Nabuco e, em 1982, assumiu o Governo de Pernambuco em substituição ao governador Marco Maciel, que deixou o mandato - junto com seu vice, Roberto Magalhães - para disputar uma vaga no Senado. Ramos permaneceu no cargo durante dez meses. "Para evitar desgastes e por uma questão de estratégia política, resolvi não mudar nenhum dos auxiliares do ex-governador. Pensei: vou passar poucos meses e não tenho motivos para trocar, vou dar continuidade ao que está sendo feito." Ele ainda parabenizou a iniciativa da Alepe. "O Memória Viva é, sobretudo, um projeto para a posteridade, de grande significado para o nosso Estado", frisou.

A entrevista com o ex-governador Jarbas Vasconcelos também teve continuidade. O enfoque foi sua atuação política no período compreendido entre 1978 e 1992. A candidatura ao Senado em 1978; a luta pela Anistia; a primeira eleição para a Prefeitura do Recife, em 1985; a participação na articulação da campanha de Ulysses Guimarães à Presidência da República, em 1989; e o rompimento com o ex-governador Miguel Arraes foram algumas das questões abordadas. Célia Costa informou que as entrevistas com José Ramos e Liberato Costa Júnior foram concluídas. A de Jarbas terá prosseguimento.

SEMINÁRIO

# CICLO DE PALESTRAS DEBATE PROCESSO ELEITORAL

Para promover o debate sobre o processo eleitoral de 2006, a Comissão de Educação e Cultura e a Escola do Legislativo (Elepe), com o apoio da Mesa Diretora, realizam o ciclo de palestras denominado *O Direito e as Eleições*. O seminário vem contando com a participação de políticos, juristas, cientistas políticos, representantes da Justiça Eleitoral, entre outros. Segundo o presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), o evento "reforça o compromisso de transparência que a Casa Joaquim Nabuco tem com a sociedade".

No primeiro dia do encontro, 23 de agosto, o corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Carlos Moraes, falou sobre o papel da Justiça Eleitoral no período de votação. Realizar o alistamento dos eleitores, diplomar os políticos, registrar as candidaturas e fiscalizar a prestação de contas dos partidos são algumas das atribuições.

No segundo evento do ciclo, foram analisadas e debatidas, no dia 30, as matérias legislativas relacionadas à Reforma Política que estão em tramitação na Câmara dos Deputados. O deputado federal Roberto Magalhães (PFL), citando o senador Marco Maciel (PFL), defendeu que essa é a ação mais urgente no Brasil. "Os escândalos envolvendo a política apontam a necessidade de mudança. Ninguém consegue deter a vontade do povo por uma política com ética e transparência", afirmou, questionando, porém, alguns pontos das propostas.

Entre as sugestões apresentadas estão o financiamento público das campanhas, a proibição de coligações, a implementação da fidelidade partidária, a federação de partidos e a abolição do voto em lista aberta. "Se estabelecermos a lista fechada, como existe em Portugal, Espanha, Noruega, Turquia, Bulgária, Romênia, Israel e Argentina, estaremos legitimando o 'caciquismo', visto que os candidatos serão diplomados à medida que o quociente eleitoral for alcançado. Candidatos de pequeno porte podem não ser eleitos", alertou.

No último dia 5, o advogado Carlos Neves Filho e a mestra em Direito Mariza Pugliesi discutiram a origem e a evolução da representação político-partidária brasileira. No próximo dia 13, haverá a participação do conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil Cláudio Ferreira, que debaterá a construção e veiculação da propaganda político-eleitoral.

O presidente da Comissão de Educação, deputado Roberto Liberato (PFL), considera o evento uma ferramenta para integrar, ainda mais, os Poderes Judiciário e Legislativo. "As melhorias nas instituições políticas são fortalecidas por meio de seminários como esse, em que as pessoas podem contribuir para a Reforma Política", argumentou.

FERNANDO SILVA



**Liberato destacou a integração entre Poderes**

A assistente educacional da Elepe, Lúcia Galindo, acredita que o ciclo de palestras representa uma oportunidade de discutir a Reforma Política e compreender as implicações na evolução da representação política brasileira. "Entender as questões legais durante o processo eleitoral é fundamental para garantir a eficiente atuação das instituições nesse período de eleições", disse.

RINALDO MARQUES




**Evento da Comissão de Educação e Elepe, com apoio da Mesa Diretora, discutiu temas como a Reforma Política**

## SAIBA MAIS

### Números das eleições 2006

**185** municípios existem em Pernambuco

**17.550** é o número de seções eleitorais

**67.284** pessoas vão trabalhar nas eleições em 1º de outubro

**6** milhões, aproximadamente, formam o eleitorado pernambucano. Isso corresponde a 4,63% do eleitorado nacional.

### O que não é permitido durante o processo eleitoral

Estão vetadas as propagandas fixas em vias públicas, por conta da deterioração do patrimônio, além da veiculação de anúncios em centros comerciais, igrejas e estádios de futebol, a fim de assegurar a manutenção da igualdade de condições na disputa. Também está proibida a distribuição de camisas, pois a prática é considerada um meio de conquistar vantagens políticas junto ao eleitor.

*Fonte: Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral*

ADMINISTRAÇÃO

CARLOS OLIVEIRA



**Instalação de *switches* possibilitou aumento da capacidade e da velocidade da rede de informática da Casa, passando de cem megabits/s para um gigabit/s**

# LEGISLATIVO INVESTE EM MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Para garantir melhor acesso e mais segurança à rede de informática, a Assembléia Legislativa vem investindo na aquisição de novas ferramentas e sistemas. Entre as mudanças já realizadas no primeiro semestre, está a troca de *switches*, equipamentos que provêem o acesso à rede e também permitem a configuração de serviços personalizados para cada usuário. Os *switches* possibilitaram, ainda, o aumento da capacidade e da velocidade da rede, passando de cem megabits por segundo para um gigabit/s.

Outras medidas como renovação de antivírus corporativo, aplicação de soluções de controle do acesso a sites indevidos, segurança de e-mail e instalação de anti-spam também foram tomadas. Este último é um dispositivo que filtra mensagens e evita a entrada de vírus. Além disso, o programa de mensagens instantâneas *MSN Messenger* e o site de relacionamentos *Orkut* foram bloqueados em todos os setores da Casa.

De acordo com o superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica da Assembléia, Cláudio Godoy, a aquisição de novas máquinas e de *softwares* foi imprescindível para obter mais controle, segurança e melhor qualidade na prestação dos serviços, priorizando os que são realizados pelo Poder Legislativo. "A rede vinha enfrentando uma sobrecarrega, de segunda a sexta, principalmente entre 7h e 17h", informou.

Godoy também observou que, depois da instalação do anti-spam, 97,46% dos e-mails foram bloqueados, sendo 85,92% na origem. Isso evitou que o link de Internet fosse consumido com mensagens indesejadas. Dados fornecidos pelo setor atestam que a Casa possui, aproximadamente, 500 computadores. Cerca de mil usuários cadastrados acessam a rede da Alepe, diariamente.

Reuniões plenárias ao vivo, pesquisas sobre legislação, informações sobre as Comissões Permanentes da Casa, atuação dos parlamentares, notícias do Diário Oficial, entre outras atividades da Assembléia Legislativa, estão disponíveis no site da Alepe para toda a população.



**Segundo Godoy, rede estava sobrecarregada**

SÉRIE COMISSÕES PERMANENTES

# DEMOCRATIZAR CONHECIMENTO É META DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A democratização do conhecimento é a chave para a boa formação de qualquer sociedade. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco, o tema é uma constante na pauta de debates da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática. O colegiado, que tem entre os objetivos analisar projetos de lei que tramitam na Casa, é um importante instrumento em defesa das ações voltadas para o setor no Estado, desenvolvendo parcerias com várias entidades, como as Universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Comitê de Monitoramento dos Incidentes com Tubarões.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado João Fernando Coutinho (PSB), o período eleitoral não atrapalhará as atividades do colegiado. As metas para este semestre incluem a retomada da discussão sobre a recuperação da Escola Técnica Agamenon Magalhães (Etepam) e a aprovação do projeto que cria o Memorial Notáveis Cientistas Pernambucanos e do que institui a Semana Pernambucana de Ciência e Tecnologia. As propostas são de autoria de João Fernando Coutinho.

RINALDO MARQUES



Colegiado vai retomar o debate sobre a recuperação das instalações da Etepam

"O Memorial é uma homenagem feita aos cientistas que deixaram um legado de grandes experiências e descobertas de novas condições de utilização da ciência", frisou. A Semana Pernambucana visa integrar o Estado à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, "mobilizando a população e valorizando a criatividade científica".

Além de avaliar projetos de lei, o colegiado promove audiências públicas, realiza visitas a instituições de ensino, participa de eventos, entre outras atividades. No semestre passado, por exemplo, foram realizados diversos debates e visitas para tratar da reabertura da Etepam.

## INTEGRANTES

| TITULARES: | PARTIDO |
|---|---|
| JOÃO FERNANDO COUTINHO | PSB - PRESIDENTE |
| DILMA LINS | PFL - VICE-PRESIDENTE |
| AUGUSTO CÉSAR | PTB |
| BRUNO RODRIGUES | PSDB |
| PASTOR CLEITON COLLINS | PSC |

| SUPLENTES | PARTIDO |
|---|---|
| AGLAILSON JÚNIOR | PSB |
| BETINHO GOMES | PPS |
| CLAUDIANO MARTINS | PMDB |
| GERALDO COELHO | PFL |
| TERESA LEITÃO | PT |

PERSONAGEM DA ALEPE

# UMA VIDA DEDICADA AO TRABALHO NA CASA

O trabalho é a maior fonte de realização para Ana Cecília Soares Bezerra. Tímida, ela não gosta de falar da vida pessoal, mas se empolga ao relatar suas funções na Alepe como assessora de Gestão e Excelência no Serviço Público (Agesp). Cecília está há um ano e meio no cargo, mas é funcionária da Casa há 20 anos. Já foi secretária- geral da Diretoria Geral (hoje Superintendência), diretora administrativa e passou por três Comissões Permanentes. Atualmente, a responsabilidade da servidora é redobrada, pois ela tornou-se superintendente substituta de Recursos Humanos.

Cecília é uma das pessoas que participam ativamente da implantação na Alepe do Modelo de Excelência da Gestão Pública, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). Em Recursos Humanos, desempenha atividades ligadas à gestão de pessoal e melhoria no ambiente de trabalho. "O que me satisfaz é aprimorar o serviço público e lutar continuamente para que os quadros da instituição se sintam motivados", afirmou.

Em casa, Cecília gosta de ler e assistir a filmes, sempre atenta a obras e temas que possam ser aplicados no ambiente de trabalho. Antes de chegar à Alepe, trabalhou numa empresa de importação e exportação e no Bradesco. Formada em Administração de Empresas, ela tem dois filhos: Guilherme, de 17 anos, e Thiago, 19, que seguiu o exemplo da mãe e cursa Administração.

MOISÉS BARBOSA



Ana Cecília é superintendente substituta de Recursos Humanos

ORÇAMENTO

# COMISSÃO DE FINANÇAS ANALISA LDO E REVISÃO DO PPA

Importantes projetos que tratam das finanças do Estado tramitam na Assembléia, neste segundo semestre. As propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 e da Revisão do Plano Plurianual (PPA) estão em análise na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, único colegiado da Casa a avaliar essas matérias. No mês passado, o secretário estadual de Planejamento, Cláudio Marinho, detalhou a LDO - que traz as orientações necessárias para a elaboração do Orçamento Público do Estado - aos parlamentares da Comissão. Até o dia 15 de outubro, a Casa também receberá a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deverá ser aprovada até 30 de novembro.

A LDO prevê receitas na ordem de R$ 11,6 bilhões para o próximo ano e define como prioridades do Executivo a redução dos índices de exclusão social, com ações nas áreas de habitação, educação e cidadania; e o fortalecimento da competitividade do Estado, a partir de melhorias nos setores de logística e tecnologia. Este ano, a LDO recebeu três emendas. Os deputados Bruno Rodrigues (PSDB), Soldado Moisés (PSB) e Sérgio Leite (PT) foram os autores das proposições. A Emenda nº 1, de Rodrigues, concretiza a autonomia financeira da Defensoria Pública do Estado, prevendo que o Orçamento Fiscal abrangerá, também, a programação da instituição.

A Emenda nº 2, de Moisés, altera a ordem de prioridade para cortes de despesas, caso não haja o cumprimento das metas fiscais. De acordo com o projeto, os cortes aconteceriam, pela ordem, a partir das transferências voluntárias a instituições privadas e a municípios e das despesas com publicidade. O parlamentar propõe que a publicidade seja a área prioritária para a redução de gastos e, em seguida, as transferências para entidades privadas e municípios.

A terceira emenda, apresentada por Sérgio Leite, define que, havendo excesso de arrecadação, o Executivo deverá reajustar os duodécimos dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas e do Ministério Público, respeitando o percentual de crescimento da receita.

De acordo com o presidente da Comissão de Finanças, deputado Sebastião Rufino (PFL), o cronograma de tramitação dos projetos da LDO e da Revisão do PPA está sendo cumprido. Até o próximo dia 15, as matérias deverão ser votadas em Plenário.

RINALDO MARQUES



**Em agosto, parlamentares ouviram explicações do secretário estadual de Planejamento, Cláudio Marinho**

## NOÇÕES GERAIS SOBRE LDO, PPA E LOA

**O que é a LDO?**

A finalidade básica da Lei de Diretrizes Orçamentárias é criar orientações a serem seguidas na elaboração do Orçamento público, os limites para elaboração das propostas orçamentárias de cada Poder, as disposições relativas às despesas com pessoal, bem como estabelecer metas e prioridades da administração pública para o exercício subseqüente. Sendo assim, a LDO é considerada um instrumento de planejamento de curto prazo.

**Quem elabora a LDO?**

O Poder Executivo, cuja iniciativa é de competência privativa do governador do Estado.

**Quando o projeto chega à Assembléia?**

Anualmente, até o dia 1º de agosto, devendo ser devolvido ao Executivo até 15 de setembro. O prazo de vigência é de um ano.

**Como os parlamentares podem modificar a LDO?**

Por meio de emendas apresentadas na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação.

**O que é o PPA?**

O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento das ações governamentais, incluindo, normalmente, no âmbito do Poder Executivo, o programa do governante eleito. Ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração pública para as despesas de capital e outras decorrentes.

**Quem elabora o PPA?**

As autoridades que chefiam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público. O Poder Executivo reúne as informações em um único documento e envia à Assembléia para discussão, votação e posterior sanção do governador. A competência para remetê-lo também é privativa do governador.

**Qual o tempo de vigência do PPA?**

Ele é um planejamento de longo prazo e permanece em vigor por quatro anos. Mas, anualmente, é encaminhado à Assembléia para ser feita uma revisão.

**Qual é a ligação entre o PPA e o Orçamento?**

O Orçamento é a operacionalização do PPA porque quantifica monetariamente os programas previstos no plano. As duas peças orçamentárias possuem os mesmos programas.

**O que é a LOA?**

É a proposta de Orçamento público transformada em lei. É responsável por estimar quanto o Governo do Estado vai arrecadar em receitas e dizer em que ações, programas e projetos os recursos serão gastos. A Lei Orçamentária Anual, segundo as suas regras gerais, deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública deve ficar de fora do Orçamento. O prazo de vigência do Orçamento público é de um ano.

**Quem pode elaborar o Orçamento?**

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, têm autonomia e independência legal para elaborar os próprios orçamentos. Todas as informações são condensadas em um único documento pelo Executivo que, todos os anos, encaminha o material à Assembléia.

**Como funciona o processo orçamentário brasileiro?**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o sistema orçamentário brasileiro é baseado em três documentos: Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Todos devem ser seguidos, obrigatoriamente, pelos três níveis de Poder: federal, estadual e municipal.

**A população pode participar da discussão do Orçamento público?**

Pode. A participação se dá por meio das audiências públicas convocadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ou do Orçamento Participativo.

***Fonte:*** *ALENCAR, Cláudio Roberto de Barros. Guia do Orçamento Público Estadual para a Cidadania, 2003. Publicação da Assembléia Legislativa de Pernambuco.*

SEGUNDA CULTURAL

FERNANDO SILVA




# LADY SINGS THE BLUES TOCA CLÁSSICOS MUSICAIS

A edição de agosto do Projeto Segunda Cultural trouxe para o Plenário da Assembléia canções consagradas nos chamados "anos de ouro" da música brasileira e americana. Durante o evento, o público pôde apreciar clássicos do *jazz*, *blues* e da bossa nova interpretados pela banda *Lady Sings The Blues* (foto).

O conjunto tem pouco mais de dez meses de existência, mas já fez diversos shows no Recife e participou da 16º edição do Festival de Inverno de Garanhuns, no Agreste. Tendo como integrantes cinco jovens músicos com formação acadêmica, o *Lady Sings The Blues* traz no repertório clássicos de Cole Porter e Antônio Carlos Jobim. A qualidade do trabalho da banda e a voz afinada da vocalista Tatiana Monteiro impressionaram o público presente. "Tocar na Alepe foi uma ótima oportunidade para nós", destacou ela.

No Plenário, o grupo mostrou seis músicas do CD demonstrativo de trabalho que reúne de estilos individuais a canções consagradas. O guitarrista Rodrigo Samico também ressaltou a importância do *jazz* cantado. "Preferimos destacar a vitalidade das canções com letra", frisou. O nome da banda é inspirado na canção homônima popularizada na voz da cantora americana Billy Holiday.

O Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia. O projeto acontece na primeira segunda-feira de cada mês e a entrada é franca. Os artistas não cobram cachê pelas apresentações.